



COMUNICADO CONJUNTO

Constituição da Aliança Democrática

1. Os Presidentes do Partido Social Democrata e do CDS-Partido Popular acordaram hoje propor aos órgãos nacionais dos respetivos partidos a celebração de um acordo político para a formação da Aliança Democrática, uma coligação pré-eleitoral com o horizonte do atual ciclo político, abrangendo as eleições legislativas e europeias de 2024 e em sintonia com os compromissos regionais para as eleições nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores de 2023 e 2024, respetivamente, e com os entendimentos de base local para as eleições autárquicas de 2025.
2. A Aliança Democrática é composta pelos dois partidos, PSD/PPD e CDS-PP, e um conjunto de Personalidades Independentes. Neste contexto, os partidos valorizam e acolhem, entre outras, a iniciativa e as ideias do "Manifesto por uma Alternativa Reformista e Moderada" subscrito por mais de 100 personalidades notáveis da sociedade portuguesa e divulgado no recente dia 15 de dezembro.
3. A Aliança Democrática propõe-se oferecer aos portugueses uma efetiva Mudança Política e de políticas:
 - a) Com muito mais ambição, para elevados níveis de prosperidade, de crescimento da economia e dos rendimentos e oportunidades para todos os portugueses;
 - b) Com coragem reformista que fomente a competitividade das empresas, a qualificação dos portugueses, a inovação e geração de valor acrescentado, o reforço do Portugal empreendedor e exportador, a valorização do mundo rural, que salve e reabilite o Estado Social do definhamento em curso, e que assegure a todos os portugueses a saúde, educação e habitação acessíveis e com qualidade;
 - c) Com forte consciência social e baseada na dignidade da pessoa humana, para combater a pobreza, reativar a mobilidade social, valorizar a família, retomar a exigência na educação e que volte a confiar nas instituições sociais do terceiro setor;
 - d) Cuja governação tenha elevada exigência ética, integridade, responsabilidade política, respeito pela separação de poderes e pelas instituições, e empenho efetivo no combate à corrupção e tráfico de influências;
 - e) Que seja moderada, europeísta, atlantista e lusófona, defensora da liberdade, da igualdade de oportunidades, da segurança dos cidadãos e da defesa do País, respeitadora da propriedade privada, que aposte no desenvolvimento sustentável e valorize a cultura, os valores, a língua e as comunidades portuguesas.